



SENADO FEDERAL
Senador Carlos Portinho

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 23, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do § 11 do art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da PEC nº 23, de 2021:

“Art. 100.....

§ 11.....

I – quitação de **débitos correntes**, débitos parcelados ou débitos inscritos em dívida ativa do ente federativo devedor, nos limites dos montantes que lhe são próprios, inclusive em transação resolutiva de litígio, e, subsidiariamente, débitos com a administração autárquica e fundacional do mesmo ente;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo da expressão “correntes”, tem por objetivo ampliar a forma de utilização dos créditos não pagos, por meio de compensação não apenas de débitos parcelados ou inscritos em dívida ativa, bem como os débitos correntes (vincendos), e isso se justifica, principalmente porque não é razoável presumir que um credor da União Federal só tenha débitos vencidos, parcelados ou inscritos em dívida ativa.

Desta feita, a presente emenda faculta ao credor a oferta de créditos líquidos e certos, reconhecidos pelo ente federativo ou por decisão judicial transitada em julgado, para a quitação também de débitos correntes, e não apenas de débitos parcelados ou inscritos em dívida ativa do ente federativo devedor.





SENADO FEDERAL
Senador Carlos Portinho

Isso permitirá ampliar as possibilidades de quitação de precatórios por meios diversos do pagamento tradicional, o que é benéfico tanto para o poder executivo quanto para o credor, estando em harmonia com o espírito da PEC.

Sala das Comissões,

Senador CARLOS PORTINHO



SF/21635.56153-05